

Cláusula 10.ª

Tutela inspetiva do Estado

1 — Compete ao 1.º Outorgante fiscalizar a execução do contrato-programa, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias, ou determinar a realização de uma auditoria por entidade externa.

2 — As ações inspetivas designadas no número anterior podem ser tornadas extensíveis à execução dos contratos-programa celebrados pelo 2.º Outorgante nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, designadamente através da realização de inspeções, inquéritos, sindicâncias ou auditoria por uma entidade externa, devendo aqueles contratos-programa conter cláusula expressa nesse sentido.

Cláusula 11.ª

Revisão do contrato

O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula 12.ª

Vigência do contrato e produção de efeitos

Salvaguardando o disposto na cláusula 3.ª a produção de efeitos do presente contrato, que entra em vigor na data da sua publicação no *Diário da República*, retroage à data de início da execução do programa e termina em 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 13.ª

Disposições finais

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, este contrato-programa é publicado na 2.ª série do *Diário da República*.

2 — Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são submetidos a arbitragem nos termos da lei.

3 — Da decisão cabe recurso, nos termos da lei.

Assinado em Lisboa, em 11 de outubro de 2018, em dois exemplares de igual valor.

11 de outubro de 2018. — O Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., *Vitor Pataco*. — O Presidente da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa, *Pedro Miguel Gaspar Dias Moura*.

ANEXO I

(ao Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo n.º CP/273/DFQ/2018)

Ações e cursos a desenvolver no âmbito do programa de formação de recursos humanos**Ações de formação/Cursos**

- 1 — Curso de Treinadores de Grau I
- 2 — Curso de Treinadores de Grau I
- 3 — Curso de Treinadores de Grau I
- 4 — Curso de Treinadores de Grau I
- 5 — Curso de Treinadores de Grau I
- 6 — Curso de Treinadores de Grau III
- 7 — Ação de Formação certificada para Professores — N.º 1
- 8 — Ação de Formação certificada para Professores — N.º 2
- 9 — Ação de Formação certificada para Professores — N.º 3
- 10 — Ação de Formação certificada para Professores — N.º 4
- 11 — Ação de Formação certificada para Professores — N.º 5
- 12 — Ação de Formação certificada para Professores — N.º 6
- 13 — Ação de Formação certificada para Professores — N.º 7
- 14 — Ação de Formação certificada para Professores — N.º 8
- 15 — Ação de Formação certificada para Professores — N.º 9
- 16 — Ação de Formação certificada para Professores — N.º 10
- 17 — Ação de Formação certificada para Professores — N.º 11
- 18 — Ação de Formação Contínua certificada para Treinadores — N.º 1
- 19 — Ação de Formação Contínua certificada para Treinadores — N.º 2
- 20 — Ação de Formação Contínua certificada para Treinadores — N.º 3
- 21 — Ação de Formação Contínua certificada para Treinadores — N.º 4
- 22 — Ação de Formação Contínua certificada para Treinadores — N.º 5
- 23 — Ação de Formação Contínua certificada para Treinadores — N.º 6

- 24 — Ação de Formação Contínua certificada para Treinadores — N.º 7
- 25 — Ação de Formação Contínua certificada para Treinadores — N.º 8
- 26 — Ação de Formação Contínua certificada para Treinadores — N.º 9
- 27 — Ação de Formação Contínua certificada para Treinadores — N.º 10
- 28 — Ação de Formação Contínua certificada para Treinadores — N.º 11
- 29 — Ação de Formação Contínua certificada para Treinadores — N.º 12
- 30 — Ação de Formação Contínua certificada para Treinadores — N.º 13
- 31 — Ação de Formação Contínua certificada para Treinadores — N.º 14
- 32 — Ação de Formação Contínua certificada para Treinadores — N.º 15
- 33 — Ação de Formação Contínua certificada para Treinadores — N.º 16
- 34 — Ação de Formação Contínua certificada para Treinadores — N.º 17
- 35 — Ação de Formação Contínua certificada para Treinadores — N.º 18
- 36 — Ação de Formação Contínua certificada para Treinadores — N.º 19
- 37 — Ação de Formação Contínua certificada para Treinadores — N.º 20
- 38 — Ação de Formação Contínua certificada para Treinadores — N.º 21
- 39 — Ação de Formação Contínua certificada para Treinadores — N.º 22
- 40 — Ação de Formação Contínua certificada para Treinadores — N.º 23
- 41 — Curso de Treinadores de Grau I
- 42 — Curso de Treinadores de Grau I
- 43 — Curso de Treinadores de Grau II

311821312

Contrato n.º 847/2018**Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo n.º CP/664/DDF/2018**

Aditamento ao Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo n.º CP/66/DDF/2018

Encargos com a deslocação, por via aérea, entre o território continental e as Regiões Autónomas, relativos à época 2017/2018

Entre o:

1 — O Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., pessoa coletiva de direito público, com sede na Rua Rodrigo da Fonseca, n.º 55, 1250-190 Lisboa, NIPC 510089224, aqui representado por Augusto Fontes Baganha, na qualidade de Presidente do Conselho Diretivo, adiante designado como 1.º Outorgante; e

2 — A Federação Portuguesa de Ténis de Mesa, pessoa coletiva de direito privado, titular do estatuto de utilidade pública desportiva, concedido através de Despacho n.º 55/93, de 29 de novembro, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 288, de 11 de dezembro com sede na(o) Rua Padre Luís Aparício, 9, 5.º, 1150-248 Lisboa, NIPC 501547584, aqui representada por Pedro Miguel Gaspar Dias Moura, na qualidade de Presidente, adiante designada por 2.º Outorgante

Considerando que:

A) O 1.º Outorgante e o 2.º Outorgante celebraram o Contrato-Programa n.º CP/66/DDF/2018, em 7 de fevereiro de 2018, tendo por objeto a atribuição de um apoio financeiro destinado a participar os encargos com a deslocação, por via aérea, entre o território continental e as Regiões Autónomas, relativos à época 2017/2018, no âmbito do Despacho Normativo n.º 4/2017, de 23 de maio de 2017, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 112, de 9 de junho de 2017;

B) O contrato-programa acima aludido foi publicado, nos termos da lei, como Contrato n.º 95/2018, no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 34, de 16-02-2018;

C) Nos termos do disposto na cláusula 5.ª do Contrato-Programa n.º CP/66/DDF/2018 a «comparticipação financeira prevista na cláusula 3.ª poderá ser aumentada ou reduzida de acordo com os valores reais da despesa apresentada pela Federação no decorrer da época e mediante a aplicação das normas constantes no Despacho Normativo n.º 4/2017, de 23 de maio de 2017, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 112, de 9 de junho de 2017»;

D) Decorrida a época 2017-2018, à luz dos critérios estabelecidos pelo Despacho Normativo n.º 4/2017, de 23 de maio de 2017, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 112, de 9 de junho de 2017, apurou-se que a execução financeira do contrato-programa é ligeiramente superior à inicialmente prevista, perspetivando a necessidade de revisão do valor contratual;

E) Face ao exposto, é necessário proceder ao aumento da participação financeira de forma a garantir o cumprimento dos critérios definidos no Despacho Normativo n.º 4/2017, de 23 de maio de 2017, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 112, de 9 de junho de 2017.

É celebrado o presente aditamento ao contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/66/DDF/2018 que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objeto do aditamento

Este aditamento destina-se a proceder à revisão dos valores de participação previstos no contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/66/DDF/2018, de 7 de fevereiro de 2018 de acordo com os valores reais da despesa apresentados pela Federação e mediante a aplicação dos critérios constantes no Despacho Normativo n.º 4/2017, de 23 de maio de 2017, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 112, de 9 de junho de 2017.

Cláusula 2.ª

Alteração da Cláusula 3.ª do contrato-programa n.º CP/66/DDF/2018

A Cláusula 3.ª do contrato-programa n.º CP/66/DDF/2018, celebrado a 7 de fevereiro de 2018 passa a ter a seguinte redação:

«Cláusula 3.ª

Comparticipação financeira

A participação financeira a prestar pelo IPDJ, I. P., à Federação, para efeitos do apoio público ao programa de encargos com a deslocação, por via aérea, entre o território continental e as Regiões Autónomas, nos termos do referido na cláusula 1.ª, para a época 2017/2018, é até ao montante de 120.646,31 € (cento e vinte mil seiscientos e quarenta e seis euros e trinta e um cêntimos), de acordo com as normas constantes no Despacho Normativo n.º 4/2017, de 23 de maio de 2017, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 112, de 9 de junho de 2017, que regulamenta este programa.»

Assinado em Lisboa, em 09 de novembro de 2018, em dois exemplares de igual valor.

9 de novembro de 2018. — O Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., *Vitor Pataco*. — O Presidente da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa, *Pedro Miguel Gaspar Dias Moura*.

311821304

Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.,
e Federação Portuguesa de Tiro com Armas de Caça

Contrato n.º 848/2018

Contrato-Programa de Desenvolvimento
Desportivo n.º CP/329/DFQ/2018

Formação de Recursos Humanos

Entre:

1 — O Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., pessoa coletiva de direito público, com sede na Rua Rodrigo da Fonseca, n.º 55, 1250-190 Lisboa, NIPC 510 089 224, aqui representado por *Vitor Pataco*, na qualidade de Presidente do Conselho Diretivo, adiante designado como 1.º Outorgante; e

2 — A Federação Portuguesa de Tiro Com Armas de Caça, pessoa coletiva de direito privado, titular do estatuto de utilidade pública desportiva, concedido através de Despacho n.º 14/94, de 18 de março, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 78, de 4 abril, com sede na Alameda António Sérgio, n.º 22 — 8.º C, 1495-132 Algés, NIPC 501430156, aqui representada por *Pedro Manuel da Cunha Mota*, na qualidade de Presidente, adiante designada por 2.º Outorgante.

Nos termos dos artigos 7.º, 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro — Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto — e do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro — Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo — em conjugação com o disposto nos artigos 4.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 98/2011, de 21 de setembro, é celebrado um contrato-programa de desenvolvimento desportivo que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objeto do contrato-programa

1 — Constitui objeto do presente contrato a concessão de uma participação financeira, a qual se destina à execução do Programa de

Formação de Recursos Humanos, cujas ações se encontram discriminadas no Anexo I ao presente contrato e dele fazendo parte integrante, que o 2.º Outorgante apresentou ao 1.º Outorgante e se propõe levar a efeito no decurso do corrente ano.

2 — O programa objeto de participação financeira ao abrigo do presente contrato-programa, constitui um Anexo deste contrato-programa, publicado e publicitado nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

3 — O programa de formação referido no número anterior não contempla a formação de praticantes desportivos.

Cláusula 2.ª

Ações de formação a participar

São participadas financeiramente as ações relacionadas com a formação de recursos humanos, designadamente:

- a) Formação Inicial de Treinadores;
- b) Atualização para Treinadores;
- c) Formação Inicial de Árbitros/Juízes;
- d) Atualização para Árbitros /Juizes;
- e) Ações de Formação para Dirigentes;
- f) Ações de Formação de Formadores;
- g) Outras ações de Formação de Agentes Desportivos.

Cláusula 3.ª

Período de execução do programa

O prazo de execução do programa objeto de participação financeira ao abrigo do presente contrato-programa termina em 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 4.ª

Comparticipação financeira

1 — A participação financeira a prestar pelo 1.º Outorgante ao 2.º Outorgante, para apoio exclusivo à execução do programa referido na cláusula 1.ª é de 4.000,00€ (Quatro mil euros).

2 — Qualquer alteração à realização das ações de formação indicadas no Anexo I ao presente contrato, deve ser solicitada ao 1.º Outorgante, com base numa proposta fundamentada do 2.º Outorgante a apresentar até 60 dias (sessenta) antes do termo da execução do programa de Formação de Recursos Humanos, nos termos da cláusula 10.ª do presente contrato.

Cláusula 5.ª

Disponibilização da participação financeira

A participação referida no n.º 1 da cláusula 4.ª é disponibilizada mensalmente, com o valor de 3.000,00 € no mês de julho e de 200,00 € nos meses de agosto a dezembro.

Cláusula 6.ª

Obrigações da Federação

São obrigações da Federação:

- a) Executar o Programa de Formação de Recursos Humanos, apresentado ao 1.º Outorgante, em anexo e que faz parte integrante do presente contrato, de forma a atingir os objetivos expressos naquele programa;
- b) Prestar todas as informações bem como apresentar comprovativos da efetiva realização da despesa acerca da execução deste contrato-programa, sempre que solicitados pelo 1.º Outorgante;
- c) Apresentar relatórios individuais de cada ação de formação, até um mês após a sua realização, de acordo com o modelo próprio de relatório definido pelo 1.º Outorgante, para efeitos de validação técnico-financeira;
- d) Facultar, sempre que solicitado, ao 1.º Outorgante ou a entidade credenciada a indicar por aquele, na sua sede social, o mapa de Execução Orçamental a 31 de dezembro 2018, o Balancete Analítico a 31 de dezembro 2018 antes do apuramento de resultados do Programa de Formação de Recursos Humanos e, para efeitos de validação técnico-financeira, os documentos de despesa, legal e fiscalmente aceites, que demonstrem os pagamentos efetuados no âmbito da execução do Programa de Formação de Recursos Humanos;
- e) De acordo com o estabelecido no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, criar um centro de resultados próprio e exclusivo para execução do programa de desenvolvimento desportivo objeto do presente contrato, não podendo nele imputar outros custos e proveitos que não sejam os da execução deste programa, de modo a permitir o acompanhamento da aplicação das verbas confiadas exclusivamente para este fim;